



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

ANA KAROLINA NASCIMENTO OLIVEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

UM ESTUDO DE CASO NA FEIRA CENTRAL DE SERRA BRANCA-PB

**SUMÉ - PB
2025**

ANA KAROLINA NASCIMENTO OLIVEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

UM ESTUDO DE CASO NA FEIRA CENTRAL DE SERRA BRANCA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

**SUMÉ - PB
2025**



O48e Oliveira, Ana Karolina Nascimento.
Economia solidária: um estudo de caso na Feira Central de Serra Branca-PB. / Ana Karolina Nascimento Oliveira. - 2025.

41 f.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (modalidade artigo científico) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Economia solidária. 2. Feira Central de Serra Branca - PB. 3. Estudo de caso. 4. Serra Branca-PB - . I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título.

CDU: 334.73(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ANA KAROLINA NASCIMENTO OLIVEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

UM ESTUDO DE CASO NA FEIRA CENTRAL DE SERRA BRANCA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.
Orientador - UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador I - UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.
Examinador II - UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 10 de abril de 2025.

SUMÉ - PB

RESUMO

A economia solidária é uma verdadeira aliada na inclusão social dentro dos mercados locais. Esse estudo tem como eixo analisar as práticas de economia solidária na feira central de Serra Branca-PB, investigando suas contribuições para a sustentabilidade econômica social dos feirantes. Os objetivos abrangem investigar as características e dinâmicas destas práticas, avaliar seu impacto na geração de rede nas condições de vida dos participantes, identificar os desafios e oportunidades para o fortalecimento da economia solidária e propor estratégias para entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que a feira desempenha como um importante espaço de interação social, mas encara desafios significativos, como a falta de incentivos governamentais e baixa movimentação de clientes. A carência de investimentos adequados compromete o fortalecimento da economia solidária, destacando a necessidade de políticas públicas que requeiram apoio financeiro e melhorias estruturais para garantir a viabilidade e o crescimento deste modelo econômico.

Palavras-chaves: Economia solidária; feirantes; sustentabilidade.

ABSTRACT

Solidarity economy is a true ally in social inclusion within local markets. This study aims to analyze the practices of solidarity economy at the central fair of Serra Branca-PB, investigating its contributions to the economic and social sustainability of the fair vendors. The objectives include investigating the characteristics and dynamics of these practices, evaluating their impact on network generation and the living conditions of participants, identifying the challenges and opportunities for strengthening the solidarity economy, and proposing strategies for semi-structured interviews. The results indicate that the fair functions as an important space for social interaction but faces significant challenges, such as a lack of governmental incentives and low customer traffic. The lack of adequate investment compromises the strengthening of the solidarity economy, highlighting the need for public policies that require financial support and structural improvements to ensure the viability and growth of this economic model.

Keywords: Solidarity economy; vendors; sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feira de Serra Branca – PB (2025).....	40
Figura 2 - Feira de Serra Branca – PB (2025).....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Já recebeu ajuda do governo (empréstimo ou curso)?.....	27
Gráfico 2 - Qual forma de apoio seria mais útil?.....	28
Gráfico 3 - O governo já fez algo para melhorar a feira?.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos participantes.....	22
Quadro 2 - Influência da organização familiar na gestão das bancas e impactos da cooperação, solidariedade e decisões administrativas entre feirantes.....	24
Quadro 3 - Impacto Econômico e Social da feira para os feirantes.....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEIRAS CENTRAIS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS LOCAIS.....	12
2.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS.....	12
2.2	SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL.....	14
2.3	FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	16
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	17
3	METODOLOGIA.....	20
4	ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE.....	37

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária surge como uma alternativa ao modelo econômico dominante, o capitalismo, visando construir uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse contexto, as pessoas ocupam o centro do processo produtivo, e as relações sociais são fundamentadas na cooperação e solidariedade (Teixeira, 2019).

Com o avanço acelerado do capitalismo, que resultou na falência de muitas empresas, os trabalhadores se mobilizaram para desenvolver um modo de produção mais justo e colaborativo. Esse novo modelo se caracteriza pela maior participação dos envolvidos no processo produtivo e pela inclusão destes nas decisões, enfatizando a autogestão e a cooperação mútua (Oliveira, 2023).

No Brasil, as primeiras iniciativas nessa área datam da década de 1980. Essas práticas de economia solidária podem ser as cooperativas, associações, bancos comunitários e empresas de comércio justo, que valorizam a solidariedade e o desenvolvimento local em vez da otimização de ganhos. Assim, o conceito formal dessa economia consolidou-se em meados da década de 1990 em resposta ao aumento do índice de desemprego, onde as relações trabalhistas e a luta dos movimentos sociais marcaram essa década (De Arcanjo; Oliveira, 2017).

As feiras livres são um exemplo vivo de economia solidária. Elas conectam diretamente pequenos produtores e consumidores, criando um comércio mais justo, sem intermediários que tiram parte do valor. Além de incentivarem a produção local e sustentável, essas feiras fortalecem a comunidade, promovendo a colaboração entre os trabalhadores. Embora a economia solidária no Brasil seja relativamente recente, as feiras livres, desde a antiguidade, sempre foram reconhecidas como mercados livres e assumem um papel importante no comércio, carregado de significados socioeconômicos e culturais. Independentemente do tamanho, ocupam ruas e praças, dando espaços aos expositores para apresentarem uma grande variedade de produtos (Leite, 2015).

As feiras, enquanto espaços de encontro cultural, social e econômico, têm a capacidade de transformar a vida nas comunidades onde acontecem. Elas são fundamentais para garantir a subsistência e o sustento das famílias de pequenos agricultores, além de oferecerem uma oportunidade para escoar a produção local, ajudando diretamente na geração de renda dessas famílias (Pereira, 2023).

Este estudo ocorreu no município de Serra Branca, na Paraíba, localizado no Sertão do Cariri ocidental, na Paraíba. O município possui uma área territorial de 698, 102 km², sua população, conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022,

é de 13.614 habitantes também. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) em 2010 era de 0,628, segundo o IBGE, o que indica um nível de desenvolvimento médio. A economia de Serra Branca é impulsionada principalmente pela agricultura, pelo comércio local e, em especial, pelo funcionalismo público, que desempenha um papel fundamental no sustento econômico da cidade.

A Feira Central de Serra Branca, no interior da Paraíba, é um espaço que vai além das trocas comerciais. Nela, pequenos produtores e feirantes têm a oportunidade de se inserir no mercado local, fortalecendo a economia da região. Além disso, esses atores participam de uma dinâmica comunitária que potencializa práticas de solidariedade, promovendo colaboração tanto entre eles quanto no contato direto com os consumidores.

É nesse cenário que se começa a observar como as práticas de economia solidária podem estar promovendo não apenas a subsistência econômica, mas também criando uma rede de apoio social. Estes produtos variam desde os mais sofisticados criados com técnicas modernas, até os confeccionados de forma mais tradicional e simples (Santos, 2023).

Sendo assim, o problema de pesquisa deste trabalho foi: **Como as práticas de economia solidária na feira central de Serra Branca-PB contribuem para a sustentabilidade econômica e social dos seus feirantes e produtores?**

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as práticas de economia solidária na feira central de Serra Branca-PB, identificando suas contribuições para a sustentabilidade econômica e social dos feirantes e produtores. Já quanto aos objetivos específicos, têm-se: Investigar as características e dinâmicas das práticas de economia solidária entre os feirantes e produtores da Feira Central de Serra Branca-PB; avaliar o impacto dessas práticas na geração de renda e no melhoramento das condições de vida dos feirantes e produtores; identificar os desafios e oportunidades para o fortalecimento da economia solidária; propor estratégias para a ampliação e fortalecimento dessas práticas, visando à sustentabilidade a longo prazo.

A pesquisa é fundamental, pois contribui para o desenvolvimento local, auxiliando para compreender como as práticas de economia solidária na feira central de Serra Branca promovem o crescimento econômico e social da comunidade. Ainda, este estudo é essencial para a inclusão social e redução de desigualdades, como a economia solidária pode atuar como um instrumento de inclusão social, especialmente em regiões economicamente vulneráveis, como o semiárido Paraibano, desenvolvendo a economia local através de práticas que fomenta autossuficiência e a sustentabilidade dos pequenos produtores e feirantes, colaborando para a melhoria da literatura ou da escassez de estudos específicos sobre a relação entre economia solidária, sustentabilidade econômica e social em feiras livres no Cariri Paraibano.

Nas próximas seções deste trabalho, será apresentada uma análise aprofundada sobre a economia solidária e as feiras centrais, aproximando seus fundamentos teóricos e práticas locais. Previamente será explorado os conceitos e princípios que sustentam a economia solidária, seguidos pelas discussões sobre a sustentabilidade econômica e social que este modelo impulsiona. Em seguida, avaliaremos as feiras livres como espaço de economia solidária, além de considerar as políticas públicas que podem apoiar e fortalecer essa iniciativa. A metodologia empregada para a pesquisa será detalhada, proporcionando uma compreensão clara do processo investigativo. Por fim, apresentaremos os resultados de discussões relevantes, completando nas considerações finais que sintetizaram as principais conclusões deste estudo.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEIRAS CENTRAIS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS LOCAIS

A partir do exposto, a análise teórica a seguir explorará de forma mais aprofundada os fundamentos teóricos da economia solidária, destacando seus princípios, características e impactos sociais. Serão abordadas diferentes concepções presentes na literatura, bem como as implicações práticas desse modelo econômico em contextos de exclusão social e precarização do trabalho. Além disso, será analisada a relação entre a economia solidária e as formas autogestionárias de organização, evidenciando sua relevância como alternativa ao capitalismo tradicional. Esse panorama teórico permitirá compreender como a economia solidária contribui para a promoção da igualdade, da cooperação e do desenvolvimento humano.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Na literatura a economia solidária se apresenta como uma alternativa aos modelos econômicos baseados no capitalismo e em suas diferentes variações. Pode-se entender que a economia solidária surge como uma forma alternativa de produção, em contraste com o capitalismo. Além disso, ela também se manifesta como um movimento social, que não se limita apenas a buscar lucros financeiros, mas sim a promover o desenvolvimento humano. Seu foco está na criação de harmonia entre os aspectos sociais, políticos e econômicos. (Leal; Rodrigues, 2018).

A economia solidária se configura como um modelo inclusivo, com a finalidade de promover alternativas econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que procura minimizar os efeitos de anos de exclusão social e econômica (Pompeu *et al*, 2021).

A motivação para compartilhar uma existência humana digna impulsiona a construção da economia solidária, que se constitui como uma alternativa capaz de criar oportunidades e soluções para o desemprego e a precarização do trabalho (Pompeu *et al*, 2021).

Para Paulo Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujo princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à Liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou

sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (Paulo Singer, 2002, p.10).

Nesse sentido, a economia solidária propõe um modelo de organização econômica que se distancia dos paradigmas tradicionais ao priorizar a propriedade coletiva e a igualdade entre os trabalhadores, buscando criar um sistema mais justo e cooperativo.

A economia solidária, de acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007), abrange um conjunto de atividades econômicas que envolvem a produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito. Essas atividades são organizadas e realizadas de maneira solidária por trabalhadores em uma forma coletiva e autogestionária. Apesar das diferenças nos conceitos, é possível notar convergências em alguns aspectos de suas características (Evangelista, 2023).

Assim, destacam-se os quatro princípios fundamentais:

- **Solidariedade:** De acordo com Leal e Rodrigues (2018) o princípio da solidariedade na economia solidária se diferencia de uma solidariedade de caráter democrático, distinta daquela de natureza filantrópica, associada às ações sociais voltadas à caridade. Trata-se, na verdade, de uma solidariedade baseada na igualdade, na reciprocidade e na organização coletiva voltada para a produção.
- **Autogestão:** Na perspectiva da economia solidária, os trabalhadores assumem simultaneamente os papéis de proprietários e empregados, o que lhes confere a responsabilidade de participar ativamente das decisões sobre o rumo de suas vidas. Essa forma de organização se baseia no trabalho coletivo e em uma estrutura que valoriza a participação democrática de todos os envolvidos. (Gouveia; Cardoso, 2022).
- **Cooperação:** De acordo com Porto e Opuszka (2015) a cooperação tem como objetivo contribuir para o processo de interação social entre os participantes de um projeto, promovendo uma busca contínua por metas comuns por meio de ações conjuntas. Sendo assim ao concluir o objetivo estabelecido os benefícios serão distribuídos de forma igualitária entre os envolvidos.
- **Valorização do trabalho:** Esse princípio estabelece que a valorização do trabalho humano deve ser priorizada em relação ao capital. Seu objetivo é garantir que as pessoas tenham uma vida digna por meio de seu trabalho. (Paul Singer, 2002).

Dessa forma, os princípios da economia solidária se destacam ao promover uma lógica que vai além da assistência filantrópica, valorizando a solidariedade como um compromisso

ético baseado na igualdade, na reciprocidade e na organização coletiva. Fundamentada na autogestão, cooperação e no respeito ao trabalho humano, essa abordagem busca construir uma sociedade mais justa, onde os trabalhadores assumem o papel de protagonistas de suas histórias, participando ativamente das decisões e compartilhando, de forma justa, os frutos do esforço coletivo. É uma visão de economia que coloca as pessoas no centro, priorizando a dignidade humana e a participação democrática acima da lógica do capital.

No entanto, embora a economia solidária esteja reconhecida e institucionalizada como política pública, ela ainda permanece fragilizada em termos de apoio governamental, especialmente em municípios de pequeno porte. Essa fragilidade evidencia um descompasso entre os princípios que fundamentam essa proposta e as práticas institucionais dominantes, que muitas vezes reproduzem uma lógica centralizadora e excludente. A resistência à consolidação da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local pode ser atribuída à prevalência de modelos econômicos convencionais, que ignoram iniciativas baseadas na cooperação e na valorização do trabalho coletivo. Assim, problematizar teoricamente essa tensão é essencial para compreender os obstáculos à efetivação de políticas solidárias e refletir sobre caminhos que promovam seu fortalecimento nos territórios onde ela mais se faz necessária.

Essa reflexão conduz a uma questão central: de que maneira os princípios da economia solidária podem contribuir efetivamente para a sustentabilidade econômica e social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades e escassez de recursos? A seguir, discute-se como essa abordagem pode oferecer alternativas viáveis e sustentáveis de desenvolvimento, fundamentadas na inclusão, na equidade e na participação ativa das comunidades.

2.2 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL

Munck et al (2011), apresentam os conceitos de sustentabilidade econômica e social, que são os pilares da sustentabilidade organizacional, sendo:

- **Sustentabilidade econômica:** essa sustentabilidade abrange tópicos como competitividades, oferta de empregos, penetração em novos mercados e lucratividade voltada para longo prazo. Alcançar a sustentabilidade econômica significa que a organização realiza suas atividades de maneira responsável e reconhecida, proporcionando retorno econômico e social para os envolvidos.

- Sustentabilidade social: essa sustentabilidade abrange a gestão do impacto que a organização gera nos sistemas sociais por meio de suas atividades operacionais.

Essa dimensão abrange fatores como segurança no ambiente de trabalho, desenvolvimento de competências, equidade (salários e benefícios justos, oportunidades igualitárias e ausência de discriminação no ambiente de trabalho), além de considerações éticas, respeito aos direitos humanos e valorização dos valores culturais.

Já a interseção entre economia solidária e sustentabilidade de acordo com Oliveira (2023), a economia popular e solidária tem o objetivo principal promover o desenvolvimento local, gerando trabalho e renda, incentivando a industrialização social e valorizando a cultura e os conhecimentos locais.

Dessa forma, a economia popular e solidária busca transformar a maneira como as pessoas trabalham e trocam recursos em suas comunidades, priorizando o bem-estar coletivo em vez do lucro individual. Oliveira (2017), afirma que a finalidade dos empreendimentos de economia solidária vai além da rentabilidade econômica, priorizando os resultados sociais e ambientais.

A interseção entre economia solidária e sustentabilidade contribui para a construção de economias mais justas e ambientalmente sustentáveis, alinhando-se aos princípios de uma economia mais resiliente e equilibrada.

Apesar da contribuição significativa da economia solidária para práticas sustentáveis e para a inclusão social, ela ainda é frequentemente tratada como uma alternativa marginal dentro do sistema econômico dominante. Essa marginalização pode ser atribuída, em parte, ao modelo neoliberal hegemônico, que prioriza a competitividade, a acumulação de capital e a lógica de mercado, em detrimento de práticas coletivas e solidárias. Como apontam Gaiger (2007) e Singer (2002), a economia solidária desafia diretamente essas lógicas, ao propor formas de produção e organização baseadas na autogestão, cooperação e no fortalecimento de comunidades locais.

O papel do Estado nesse contexto é ambíguo: embora existam políticas públicas voltadas ao fomento da economia solidária — como as iniciativas promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) —, essas políticas muitas vezes enfrentam limitações orçamentárias, instabilidade institucional e baixa integração com outras políticas de desenvolvimento. Isso contribui para a falta de continuidade e impacto estrutural, mantendo a economia solidária em um espaço periférico. Segundo Laville (2009), o reconhecimento e o

fortalecimento da economia solidária exigem um novo pacto entre sociedade civil e Estado, capaz de institucionalizar essas práticas de forma mais robusta.

A articulação entre economia solidária e sustentabilidade, portanto, vai além do discurso: ela representa um caminho concreto para a construção de economias mais justas, resilientes e ecológicas. No entanto, para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário enfrentar as barreiras políticas e ideológicas que a mantêm à margem.

2.3 FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As feiras livres são espaços locais onde se praticam e renovam aspectos distintivos desse modo de viver, manifestando-se de forma única na linguagem, nos gestos, na vestimenta e nos hábitos tradicionais de consumo, criando um verdadeiro território da cultura rural (Neves, 2002).

Os feirantes ocupam espaços reservados para suas trocas periódicas, que não são reguladas apenas pelas normas dos grandes mercados, mas pautadas pela particularidade, solidariedade e informalidade, resultantes da sedimentação histórica dessas relações locais (Ribeiro, 2007).

Essas feiras são mais do que simples mercados; são elementos centrais na vida das localidades, desempenhando um papel vital na economia e na cultura local.

Ibdaiwi (2023) destaca que, dentro de suas concepções territoriais, as feiras livres se apresentam como espaços amplos e abertos, possibilitando sua ocupação por diversas atividades caracterizadas pela aglomeração de pessoas em busca dos produtos oferecidos pelos feirantes.

No contexto da economia solidária, as feiras livres se destacam como espaços onde ocorre uma rica troca de saberes entre consumidores e feirantes, além de promover a interação e o compartilhamento de conhecimentos entre os próprios feirantes. Cada participante, com suas particularidades, contribui para o ambiente dinâmico e diversificado que caracteriza essas feiras.

Nas feiras livres ocorrem diversas formas de troca de conhecimento, especialmente entre consumidores e feirantes. Isso implica que as feiras funcionam não apenas como espaços comerciais, mas também como locais de interação social e cultural. Essas trocas podem envolver desde informações sobre os produtos oferecidos, como sua origem, modos de preparo ou benefícios, até diálogos mais amplos sobre práticas culturais, experiências pessoais ou conhecimentos relacionados ao contexto local. Esse aspecto reforça o papel das feiras como

ambientes dinâmicos, onde ocorre uma valorização do saber popular e do conhecimento compartilhado de maneira informal.

A feira livre é muito mais do que um local onde se compra e vende produtos, ela se transforma em um verdadeiro espaço de economia solidária e inclusão social. Ao reunir pequenos produtores, artesãos e empreendedores locais, as feiras também promovem apresentações culturais e artísticas. Dessa forma, Amorim (2014, p. 8) afirma que:

As feiras se constituem em espaço para trocas solidárias de informações e de saberes, Apresentações culturais, avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano, bem como espaços de integração e articulação de empreendimentos econômicos solidários, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária, (Amorim,2014, p.8).

Sendo assim, não se trata apenas de transações comerciais, mas de um ambiente de trocas culturais e de apoio mútuo, fomentando o consumo e oferecendo uma plataforma onde a diversidade e a inclusão são celebradas.

Essas feiras livres desempenham um papel importante na economia e na sociedade das comunidades. Elas geram empregos, promovem o comércio local, fortalecem os laços comunitários e fornecem acesso a alimentos frescos (Da silva, 2023).

Dessa forma, elas exercem uma função importante na preservação da cultura local, oferecendo um espaço para a troca de tradições e conhecimentos. Portanto, dentro desses locais está embutida a cultura de um povo ou comunidade, refletindo características de pessoas e famílias. Os produtos vendidos carregam uma história de vida, sustentando os aspectos econômico e social de cada feirante que opera nesse ambiente. (Dorneles, 2019).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

As políticas públicas representam instrumentos fundamentais de ação do Estado na promoção do bem-estar social, por meio da formulação e execução de programas, ações e diretrizes que visam atender às necessidades coletivas. No contexto da economia solidária, essas políticas ganham relevância por promoverem um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e participativo, pautado na autogestão, cooperação e solidariedade entre os sujeitos envolvidos. A economia solidária, enquanto alternativa ao modelo capitalista tradicional, requer o apoio do poder público para sua consolidação e expansão, especialmente no que se refere à organização produtiva de populações em situação de vulnerabilidade social.

A construção e implementação de políticas públicas voltadas à economia solidária demandam uma atuação integrada, complementar e descentralizada entre os diferentes níveis

de governo (federal, estadual e municipal). Essa descentralização é essencial para evitar a duplicidade de ações, otimizar recursos e atender às especificidades territoriais, garantindo maior eficácia e eficiência no desenvolvimento das iniciativas. Nesse sentido, o papel do Estado não se limita ao financiamento de empreendimentos solidários, mas também inclui o fomento de ações formativas, de assessoria técnica, apoio à comercialização e criação de marcos legais que assegurem a sustentabilidade dos empreendimentos.

No Brasil, a institucionalização das políticas públicas de economia solidária avançou significativamente a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Gaiger (2004) argumenta que a empregabilidade é um desafio contemporâneo e que é necessário articular ações que promovam o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade, atuando como mediador entre o Estado, os movimentos sociais e as empresas solidárias.

A SENAES atuou como principal articuladora das ações governamentais voltadas ao setor, promovendo a elaboração de programas e projetos, o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários e a articulação entre diferentes áreas do governo. Essa atuação demonstra a importância da intersetorialidade na formulação das políticas, envolvendo setores como trabalho, desenvolvimento social, educação e meio ambiente, além de reforçar a necessidade da participação e do controle social como princípios orientadores das ações públicas (PRAXEDES, 2009).

Assim, o fortalecimento da economia solidária depende diretamente do compromisso estatal em desenvolver políticas públicas que reconheçam e valorizem os saberes, práticas e potencialidades dos sujeitos coletivos, em uma perspectiva de desenvolvimento territorial, democrático e inclusivo

No Brasil, a partir dos anos 2000, houve um avanço significativo na institucionalização de políticas públicas voltadas à economia solidária. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi um marco importante.

Um dos principais programas de apoio foi o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que se propôs a fortalecer a economia solidária por meio da incubação de empreendimentos populares. Outra iniciativa relevante e importante é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incentiva a compra direta de produtos da agricultura familiar e de cooperativas solidárias para suprir as demandas de programas sociais.

As políticas públicas brasileiras de fomento à economia solidária são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico sustentável. Elas incentivam a criação de

empreendimentos autogeridos e cooperativos, proporcionando não apenas a geração de renda, mas também inclusão social e cidadania. Para Singer (2009), a economia solidária é uma alternativa viável ao capitalismo excludente, desde que suas práticas sejam acompanhadas por políticas públicas eficazes e continuadas, capazes de proporcionar as condições necessárias para seu florescimento.

Nas feiras livres, os pequenos produtores desempenham um papel crucial na economia, fornecendo alimentos frescos de qualidade para a população, especialmente em áreas urbanas e rurais. Para fomentar a atividade das feiras livres e o desenvolvimento dos pequenos produtores, diversos programas de incentivos têm sido criados por governos e instituições. A articulação de políticas que integram os pequenos produtores ao fornecimento de alimentos para o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem sido fundamental para fortalecer a produção familiar.

O PAA, por exemplo, não apenas garante a compra direta de produtos de pequenos agricultores, mas também promove a inclusão social ao assegurar que a produção familiar tenha um mercado garantido (Cavalcante Filho, 2020).

Neste contexto, diversos municípios também têm implementado incentivos específicos para a realização de feiras livres e a promoção da agricultura familiar. Tais incentivos incluem a isenção de taxas para pequenos produtores, ações de infraestrutura básica, como barracas e sanitários, além de campanhas de divulgação para atrair consumidores.

3 METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho a metodologia utilizada foi uma pesquisa a partir de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa e estudo bibliográfico. O levantamento de foi realizado por meio de um estudo de campo, fundamentado em entrevistas semiestruturadas com os feirantes locais de Serra Branca-PB, este estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de economia solidária entre feirantes e produtores da feira central de Serra Branca-PB, avaliando seu impacto na geração de renda e nas condições de vida dos participantes. A pesquisa qualitativa, conforme (Minayo, 2009, p. 21), “trabalha com o universo dos significados dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades”. Dessa forma, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na teoria da economia solidária, para investigar as práticas dessa economia na feira de Serra Branca. Ao focar nas perspectivas dos atores sociais envolvidos, busca-se compreender os significados atribuídos às práticas, as dinâmicas de organização coletiva e o impacto socioeconômico da feira no município.

Para este estudo, foram realizadas entrevistas com os feirantes. Participaram da pesquisa 07 (sete) pessoas do sexo masculino e 04 (quatro) do sexo feminino. A duração média de cada entrevista foi de 1 hora e 5 minutos. Durante a coleta de dados, foi realizada uma observação direta do funcionamento da feira, com anotações no diário de campo da pesquisadora, e a análise de documentos relacionados. As entrevistas permitiram aprofundar a compreensão das motivações, desafios e perspectivas dos participantes da feira.

A coleta de dados foi feita utilizando a técnica de entrevista semiestruturada, aplicada diretamente aos feirantes, o que possibilitou a obtenção de informações detalhadas sobre o contexto local. O principal instrumento utilizado foi um roteiro de entrevistas com 11 (onze) feirantes, composto por 4 (quatro) questões fechadas e 12 (doze) questões abertas, o que possibilitou maior flexibilidade nas respostas, permitindo que os entrevistados expressassem suas opiniões de maneira mais livre e profunda. O objetivo da coleta de dados foi entrevistar os mesmos para obter informações sobre suas experiências, desafios e atividades na feira. Os entrevistados foram escolhidos de maneira que estavam presentes no dia da coleta. A entrevista foi realizada no dia 22 de novembro de 2024, às 9h00, por ser um dos dias com maior movimento de feirantes, o que contribuiu para a diversidade das respostas.

As perguntas foram elaboradas para abordar os principais eixos da economia solidária, como a cooperação entre os feirantes, se há apoio do governo dentro dessas organizações, entre outras questões.

A observação participante possibilitou registrar as interações sociais e as práticas cotidianas dos feirantes. Com base nesse estudo e nas ideias de Minayo (2009), utilizou-se a pesquisa bibliográfica através de livros, artigos acadêmicos, monografias, e sites especializados. Todo referencial teórico envolveu autores de renome da área, mediante leituras e reflexões como ferramentas ou instrumentos de informações que dão suporte a este trabalho.

Os principais autores analisados neste estudo foram: Singer (2009), Oliveira (2017), Da Silva (2023), Gaiger (2004), Leal e Rodrigues (2018), Pompeu *et al* (2021). Sendo assim, a análise de documentos históricos e materiais sobre a economia solidária contribuiu para contextualizar a pesquisa.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, compartilhamos e analisamos os principais achados da pesquisa, buscando entender de que forma a economia solidária na feira central de Serra Branca-PB contribui para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. A importância deste estudo vai além dos números: ele dará voz aos feirantes, permitirá compreender suas dinâmicas diárias e observar como a cooperação e o apoio mútuo fortalecem a economia local.

A feira não é apenas um espaço de comércio, mas um verdadeiro ambiente de trocas sociais e resistência econômica. Pequenos produtores e feirantes encontram nela uma alternativa viável para garantir sua renda, promovendo autossuficiência e, ao mesmo tempo, fortalecendo laços comunitários. Assim, a economia solidária se revela como um caminho para a inclusão social e a redução das desigualdades, especialmente em regiões economicamente vulneráveis como o semiárido Paraibano.

Para entender melhor essa realidade, a pesquisa se apoiou na observação participante, permitindo um olhar mais próximo sobre as interações e práticas cotidianas dos feirantes. Também analisamos o papel da cooperação entre eles, os desafios que enfrentam e o nível de apoio governamental dentro dessas organizações. Ao longo da discussão, conectamos esses achados com o que a literatura já aponta sobre o tema, refletindo sobre como essas práticas podem ser aprimoradas e ampliadas. O que fica evidente é que a economia solidária na feira de Serra Branca vai muito além do comércio: é um mecanismo de resistência, sustentabilidade e transformação social.

As primeiras perguntas do roteiro de entrevista foram voltadas para que fosse possível traçar o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa. Com essas perguntas, foram estabelecidos resultados interessantes acerca dos participantes. O Quadro 1, a seguir, apresenta os resultados do perfil socioeconômico.

Quadro 1 - Perfil dos participantes

GÊNERO	QTD	%
Masculino	07	63,64%
Feminino	04	36,36%
TOTAL	11	100%
IDADE		
Entre 18 e 29 anos	0	0%

Entre 30 e 35 anos	1	9,09%
Entre 36 e 42 anos	6	54,55%
Entre 43 e 47 anos	1	9,09%
Entre 48 e 53 anos	3	27,27%
Entre 54 e 59 anos	0	0%
Entre 60 e 67 anos	0	0%
TOTAL		100%
Escolaridade		
Ensino Médio completo	2	18,18%
Ensino Fundamental Completo	2	18,18%
Ensino Fundamenta Incompleto	7	63,64%
Ensino Superior	0	0%
Ensino Superior incompleto	0	0%
Ensino Curso técnico	0	0%
Especialização	0	0%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Pós-Doutorado	0	0%
TOTAL		100%
Cidade		
SERRA BRANCA-PB	6	54,55%
Pernambuco	2	18,18%
Lagoa Seca	1	9,09%
São José dos Cordeiros	1	9,09%
Sumé	1	9,09%
TOTAL:		100%
Residência		
Urbana	7	63,64%
Rural	4	36,36%
TOTAL		100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

É possível perceber, pelos resultados trazidos pelo Quadro 1, que, em relação ao gênero, a maioria dos participantes é masculina, representando 63,64% do total (7 pessoas), enquanto

as mulheres correspondem a 36,36% (4 pessoas). Isso indica uma predominância de homens no grupo analisado.

Quando se observa a faixa etária, fica evidente que não há participantes com menos de 30 anos ou acima de 54 anos. A maior concentração está entre 36 e 42 anos, abrangendo mais da metade do grupo (54,55%), seguida pela faixa de 48 a 53 anos, que representa 27,27%. Já as idades entre 30 e 35 anos e entre 43 e 47 anos contam com apenas um indivíduo cada (9,09%). Essa distribuição mostra que a maioria dos participantes se encontra na fase adulta madura, o que pode influenciar diversos aspectos da vida profissional e social.

A escolaridade é um dos pontos mais marcantes da análise, pois revela um nível de instrução predominantemente baixo. A maior parte dos entrevistados (63,64%) tem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto 18,18% completaram o ensino fundamental e outros 18,18% possuem o ensino médio. Não há ninguém com formação superior, curso técnico, especialização, mestrado ou doutorado, o que evidencia desafios no acesso à educação.

Em relação ao local de residência, a maioria das pessoas mora em Serra Branca-PB (54,55%), seguida por um pequeno grupo distribuído entre Pernambuco (18,18%), Lagoa Seca (9,09%), São José dos Cordeiros (9,09%), e Sumé (9,09%). Esses dados indicam que a maior parte dos entrevistados está concentrada em uma única cidade, mas ainda há certa diversidade geográfica.

Já no aspecto de moradia, a maioria vive em áreas urbanas (63,64%), enquanto 36,36% residem na zona rural. Segundo dados evidenciados por Aragão Júnior (2020 *apud* Oliveira, 2023), em 2020, a maior parcela dos feirantes se encontrava residindo na zona rural. Agora, no ano de 2023, esse quadro mudou.

Dessa forma, a maioria dos feirantes atualmente reside na área urbana, evidenciando um êxodo rural que se torna perceptível ao comparar os dados. Na questão seguinte, tratou-se da organização familiar na gestão das bancas (Ver Quadro 2, a seguir).

Quadro 2 - Influência da organização familiar na gestão das bancas e impactos da cooperação, solidariedade e decisões administrativas entre feirantes

Referente a organização familiar na banca	QTD	%
Existe ajuda familiar na banca	4	36,36%
Não existe ajuda familiar na banca	4	36,36%
Pago a terceiros para ajudar na banca	3	27,27%
Total:		100%
As decisões sobre a administração da feira são em conjunto?		

Sim	6	54,55%
Não	5	45,45%
Total:		100%
Existe cooperação entre feirantes?		
Sim	6	54,55%
Não	5	45,45%
Total:		100%
Há solidariedade entre os feirantes?		
Sim	7	63,64%
Não	4	36,36%
Total:		100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

As feiras livres vão muito além do comércio; são espaços de convivência, onde trabalho, cultura e relações sociais se misturam. A forma como os feirantes organizam suas bancas reflete essa dinâmica. Enquanto 36,36% recebem ajuda da família, a mesma porcentagem trabalha sozinha, e 27,27% contratam terceiros para auxiliar.

A administração da feira também envolve diferentes formas de decisão: pouco mais da metade (54,55%) compartilha essa responsabilidade, enquanto 45,45% a tomam individualmente. A cooperação entre feirantes segue um padrão semelhante, com 54,55% afirmando que ela existe, e a solidariedade aparece com mais força, sendo reconhecida por 63,64% dos participantes.

Esses números mostram que, na feira, vender não é apenas uma transação comercial. Como bem descreve a literatura, na feira, as relações pessoais mediam a circulação das mercadorias, criando um fato social que reúne cultura, sociabilidade e comércio (Da Cruz, 2020). Mais do que um local de compra e venda, a feira é um espaço onde laços são construídos, desafios são compartilhados e o trabalho ganha um significado coletivo.

No Quadro 3, são apresentados os impactos econômico e social da feira para seus feirantes (Ver Quadro 3, a seguir).

Quadro 3 - Impacto Econômico e Social da feira para os feirantes

A feira garante uma renda estável?	QTD	%
Sim	8	72,73%
Não	3	27,27%

Total:		100%
Quais são as principais dificuldades econômicas na feira?		
Falta de clientes	9	81,82%
Dificuldade para conseguir mercadorias	2	18,18%
Altos custos de transporte	0	0%
Total:		100%
A feira ajuda a melhorar a vida dos feirantes?		
Criando um ambiente de colaboração	3	27,27%
Ajudando a ganhar mais dinheiro	6	54,55%
Fortalecendo a comunidade	2	18,18%
Total:		100%
De que forma a feira ajuda os feirantes a ganharem a vida e viver melhor?		
Consegue vender bem	6	54,55%
Os feirantes se ajudam e se conhecem melhor	5	45,45%
Total:		100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

No quadro 3, é possível identificar uma fonte de renda estável entre os feirantes, com 72,73% afirmando que conseguem manter um fluxo financeiro confiável. No entanto, 27,27% ainda enfrentam dificuldades para garantir essa estabilidade, o que indica que nem todos conseguem se sustentar exclusivamente com as vendas no local.

Entre os desafios econômicos, a falta de clientes é apontada como a principal dificuldade por 81,82% dos feirantes. Isso pode indicar que a feira não recebe o volume de compradores esperado, seja por questões sazonais, baixa divulgação ou até concorrência com outros pontos de venda. Além disso, 18,18% mencionam que a dificuldade para conseguir mercadorias também impacta o negócio, possivelmente devido a problemas logísticos ou altos custos de aquisição. Curiosamente, nenhum feirante apontou os custos de transporte como um problema significativo, o que sugere que esse fator não tem grande influência na sustentabilidade do trabalho na feira.

Apesar dos desafios, a feira tem um impacto positivo na vida dos feirantes. Mais da metade deles (54,55%) afirma que consegue ganhar mais dinheiro com essa atividade, o que reforça seu papel como uma alternativa viável de sustento. Além disso, 27,27% destacam que a feira cria um ambiente de colaboração, permitindo trocas de conhecimento e suporte entre os

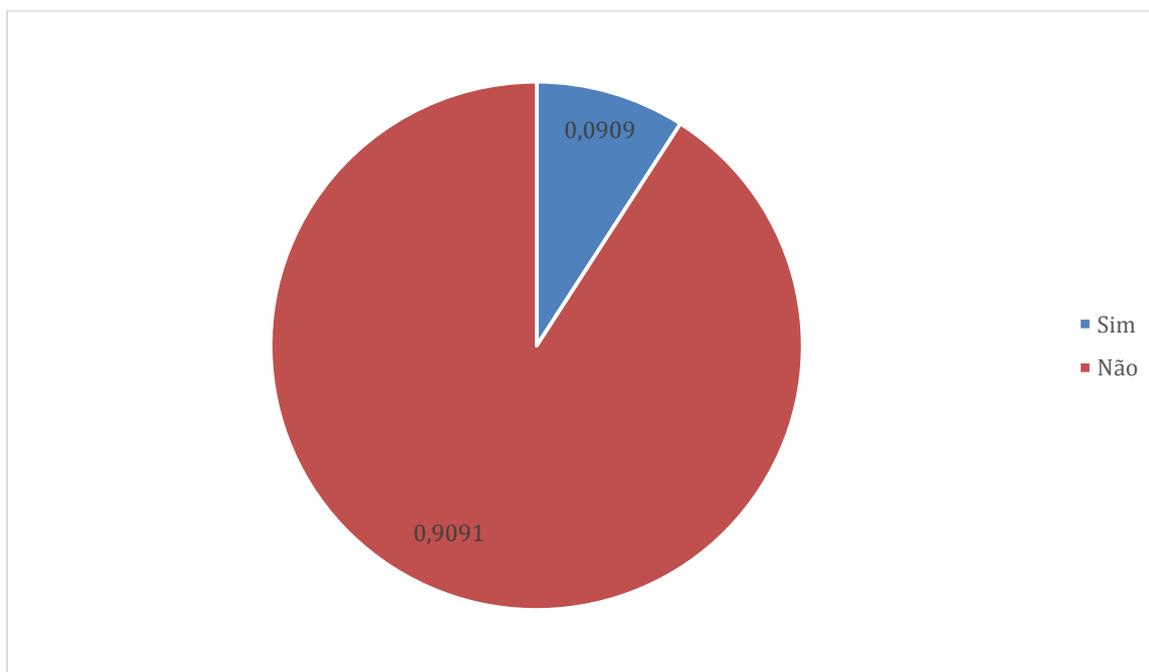
trabalhadores, enquanto 18,18% enxergam a feira como um espaço que fortalece a comunidade, promovendo laços sociais e fortalecendo relações entre os participantes.

Quando perguntados sobre de que forma a feira melhora suas vidas, 54,55% afirmam que conseguem vender bem, garantindo uma renda mais segura. Já 45,45% ressaltam que o ambiente facilita o contato entre os feirantes, promovendo ajuda mútua e um senso de pertencimento. Assim, de acordo com Triches (2024), a mutualidade na feira surge das diversas interações durante a compra, criando um modelo único de comercialização.

No geral, os dados indicam que, apesar dos desafios, a feira é um espaço essencial para muitos feirantes, tanto do ponto de vista econômico quanto social. No entanto, a baixa movimentação de clientes ainda é um fator preocupante, o que pode afetar a viabilidade do negócio para aqueles que dependem exclusivamente dessa atividade.

A seguir será apresentado o gráfico 1, que ilustra a resposta dos feirantes à pergunta: **Já recebeu ajuda do governo como empréstimo ou curso?** Ele mostra a proporção de feirantes que tiveram acesso a algum tipo de suporte governamental, seja por meio de financiamento capacitação. A análise desses dados permite compreender o alcance das políticas públicas voltadas para este setor e identificar possíveis desafios no acesso a esse.

Gráfico 1 - Já recebeu ajuda do governo (empréstimo ou curso)?

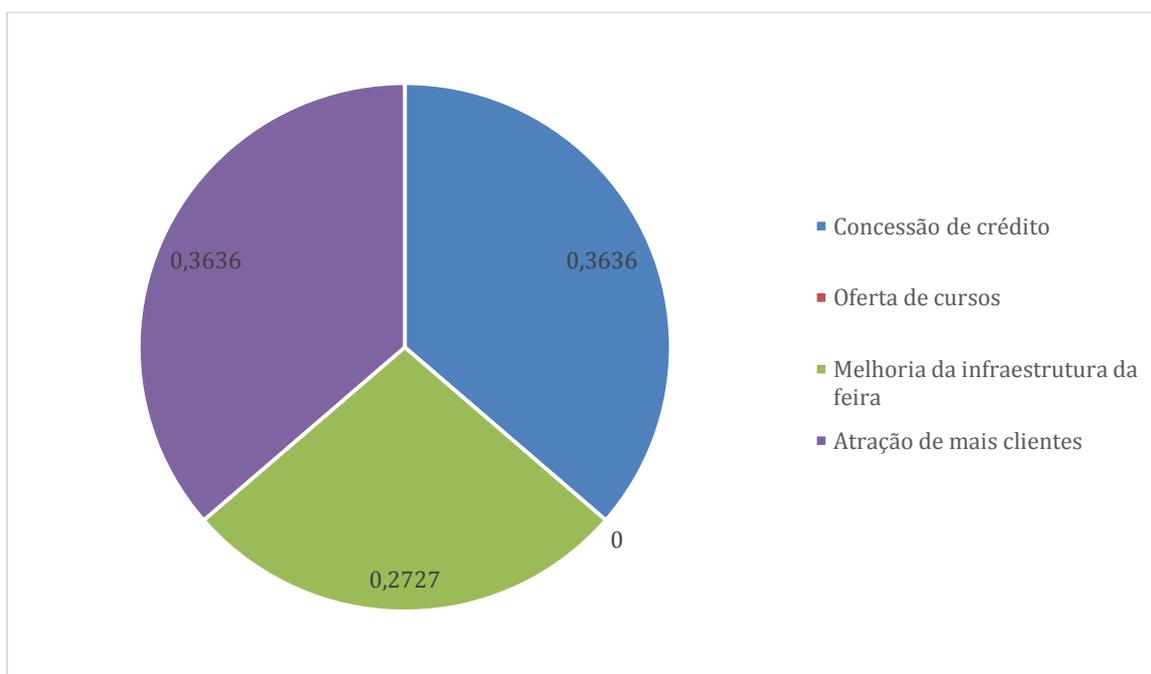


Fonte: Elaboração própria (2025).

A maioria dos entrevistados (90,91%) respondeu que nunca teve acesso a esse tipo de apoio, enquanto apenas 9,09% afirmaram já terem sido beneficiados. Esses dados indicam que grande parte dos feirantes conduz seus negócios sem qualquer suporte governamental, o que pode dificultar o crescimento e a melhoria de suas atividades.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 2, que ilustra as preferências dos feirantes em relação às formas de apoio que consideram mais úteis para o desenvolvimento de suas atividades. As opções incluem concessão de crédito, oferta de cursos, melhoria da infraestrutura da feira e atração de mais clientes. A análise desses dados permite identificar quais medidas são mais demandadas pelo setor, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às reais necessidades dos feirantes.

Gráfico 2 - Qual forma de apoio seria mais útil?

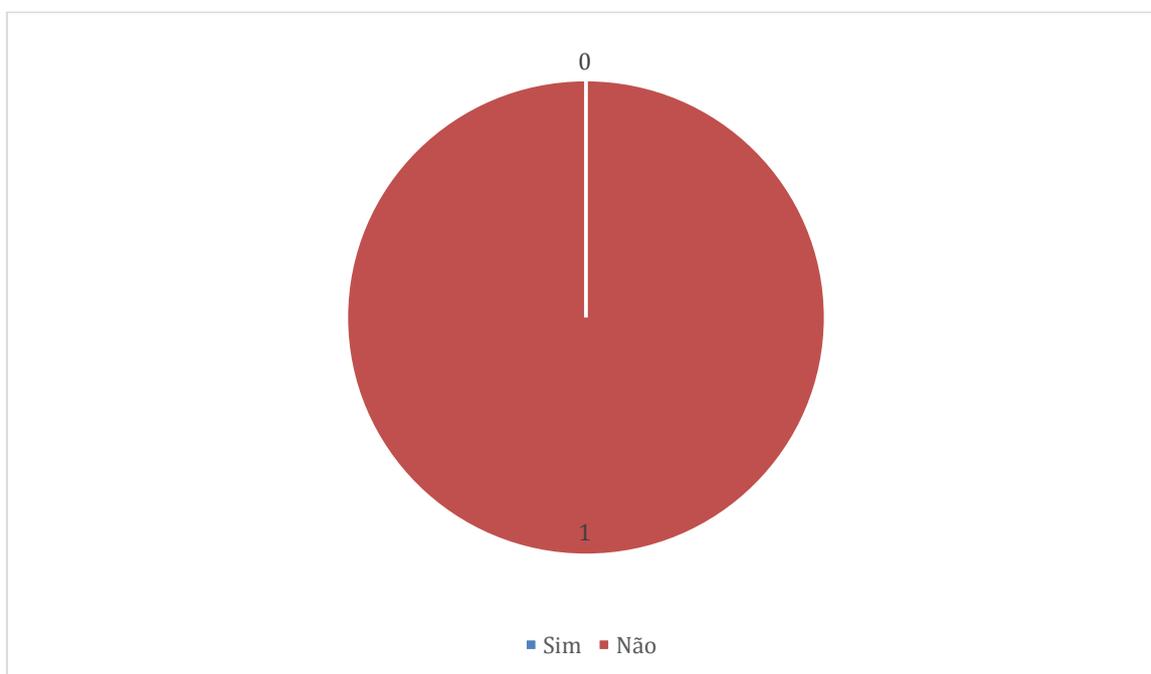


Fonte: Elaboração própria (2025).

A pesquisa referente ao Gráfico 2 revelou que os feirantes enxergam a concessão de crédito e a atração de mais clientes como os apoios mais essenciais, ambos citados por 36,36% dos entrevistados. Já a melhoria da infraestrutura também foi apontada como uma necessidade, recebendo 27,27% das respostas. Por outro lado, a oferta de cursos não foi mencionada por nenhum participante, mostrando que, no momento, os feirantes priorizam suporte financeiro, melhorias no espaço de trabalho e estratégias para aumentar suas vendas.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 3, que busca analisar a percepção da população sobre a atuação do governo em relação à feira, respondendo à pergunta: “O governo já fez algo para melhorar a feira?”. Essa questão é fundamental para compreender o impacto das políticas públicas no desenvolvimento e na manutenção desse espaço, que desempenha um papel importante tanto para comerciantes quanto para consumidores.

Gráfico 3 - O governo já fez algo para melhorar a feira?



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os feirantes revelam um cenário de carência estrutural e ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das feiras livres. Todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que o governo não tomou nenhuma medida para melhorar a feira, respondendo negativamente e sem mencionar qualquer ação já realizada. Essa unanimidade indica não apenas uma percepção generalizada de abandono, mas também uma carência objetiva de intervenções estatais no setor.

Do ponto de vista da economia solidária, essa ausência de apoio institucional contrasta com os princípios que sustentam essa perspectiva teórica. Autores como Paul Singer (2002) e Luiz Inácio Gaiger (2004) destacam que a economia solidária pressupõe a construção de alternativas econômicas fundamentadas na cooperação, na autogestão e na valorização dos sujeitos coletivos que compõem o tecido social. Nesse sentido, o Estado tem um papel

fundamental como fomentador e apoiador dessas iniciativas, seja por meio de políticas públicas, linhas de crédito, capacitação ou melhorias na infraestrutura.

A análise das demandas dos feirantes — como acesso a crédito, melhoria na infraestrutura e estratégias para atrair clientes — mostra uma busca por condições mínimas de trabalho e renda, que são também pilares da economia solidária. A ênfase no suporte financeiro e nas melhorias das condições de trabalho evidencia o esforço dos trabalhadores para manter seus empreendimentos de forma digna e sustentável. No entanto, a falta de resposta governamental compromete esse esforço e inviabiliza, em muitos casos, o fortalecimento dessas práticas.

Além disso, a ausência de políticas públicas específicas pode ser interpretada como um reflexo da marginalização histórica de certos setores da economia popular. França Filho e Laville (2004) argumentam que a economia solidária surge justamente como resposta às limitações do mercado capitalista tradicional, ao buscar formas de desenvolvimento mais inclusivas, voltadas para o bem comum e para a democratização da economia. Nesse contexto, o poder público deveria agir como mediador e incentivador dessas práticas, e não como ausente ou omissor.

Portanto, a realidade observada nas feiras livres estudadas reforça a necessidade urgente de investimento público e de políticas de fortalecimento da economia solidária. A promoção de condições adequadas para o funcionamento das feiras, por meio de crédito, infraestrutura e apoio institucional, é essencial não apenas para a sobrevivência econômica dos feirantes, mas também para a consolidação de um modelo de desenvolvimento mais justo, cooperativo e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo expôs a realidade vivida pelos feirantes da feira central de Serra Branca, apontando a importância desse espaço não apenas como espaço de comércio, mas também como um ambiente de interação social e de subsistência para as famílias. A partir do que foi verificado, constatou-se que, apesar da significância social e econômica da feira, ela enfrenta desafios consideráveis, sendo a baixa movimentação de clientes um dos principais fatores que comprometem o equilíbrio financeiro dos trabalhadores que dependem exclusivamente dessa atividade.

A pergunta de pesquisa-como as práticas de economia solidária na feira central de Serra Branca-PB contribuem para a sustentabilidade econômica e social dos seus feirantes e produtores? Que foi questionada a partir das análises feitas ao longo do trabalho. Nota-se que essas práticas têm capacidade para incentivar a sustentabilidade econômica e social ao fomentar redes de apoio mútuo, aspectos de autogestão e relações de solidariedade entre os trabalhadores. No entanto, o fortalecimento destas práticas ainda deriva de condições estruturais, mas propício, especialmente no que se refere à atuação do poder público.

Ao longo do estudo, esteve claro a falta de apoio governamental onde é um obstáculo constante. A maior parte dos entrevistados nunca recebeu qualquer tipo de suporte o que dificulta o crescimento da feira e a melhoria das condições de trabalho. Essa ausência não é apenas uma negligência administrativa, mas pode ser compreendida dentro de uma lógica de valor de desvalorização das economias populares e solidárias. Historicamente, o estado brasileiro tende a optar por políticas voltadas para setores mais formais e lucrativos da economia, enquanto os segmentos informais, como os feirantes continuam visibilizado nas agendas públicas. Essa omissão pode ser desempenhada como reflexo de um modelo de desenvolvimento que marginaliza práticas econômicas alternativas, equivalentes para a sobrevivência de amplas camadas da população.

No decorrer das entrevistas, os feirantes apontarão a concessão de crédito, a atração de clientes e a melhoria da infraestrutura como as principais necessidades. A escassez de menção a cursos de capacitação indica que, no momento, a prioridade está voltada para aquisição de recursos que garantam a continuidade da atividade e aumente o volume de vendas. Esses dados ratificam as hipóteses levantadas no início do trabalho, sobretudo quanto a carência de incentivos e a necessidade de investimentos para garantir a sustentabilidade da feira.

É fundamental aceitar algumas limitações desta pesquisa. O estudo centralizou-se em uma única localidade utilizou uma amostra limitada, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos. Além disso, não foi possível adentrar as questões relacionadas ao perfil dos consumidores, ao funcionamento interno das práticas de economia solidária, e nem avaliação de políticas públicas existentes focada para o setor. Tais aspectos podem ser explorados em investigações futuras, colaborando para uma compreensão mais ampla e complexa do tema.

Em suma, este trabalho procurou lançar um olhar atento sobre a realidade dos feirantes de Serra Branca-PB e sobre o papel das práticas de economia solidária na divulgação de sua sustentabilidade econômica e social. Espera-se que os resultados discutidos possam servir de subsídio para futuras pesquisas e para a edificação de políticas públicas mais eficazes, assegurando melhores condições de trabalho e oportunidades reais de crescimento para aqueles que fazem da feira seu meio de vida.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. **Feiras de Economia Solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?** In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 2014. Disponível em: https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2476&Itemid=171. Acesso em: 30 de set. 2024.

BRASIL. **Atlas da economia solidária no Brasil: 2005-2007.** Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: 30 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11947&ano=2009&ato=359AzaE90dVpWTc00>. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.** Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera e revoga dispositivos de leis anteriores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.628-de-20-de-julho-de-2023-490243876>. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).** Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/mte/programa-nacional-de-incubadoras-de-cooperativas-populares-proninc>. Acesso em: 1 mar. 2025.

CAVALCANTE FILHO, P. G. **A inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel: uma análise dos impactos socioeconômicos nos estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.** 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490648>. Acesso em: 28 de fev.2025.

DA CRUZ, M. S. *et al.* **Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha.** Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 90–120, abr. 2020. DOI: 10.14393/RCT153504. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50709>. Acesso em: 28 de fev.2025.

DA SILVA, M. J. S. **Importância das feiras livres brasileiras para a economia e sociedade.** 2023. 24 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023.

DE ARCANJO, M. A. S.; DE OLIVEIRA, A. L. M. **A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos.** Perseu: História, Memória e Política, n. 13, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127/94>. Acesso em: 28 de fev.2025

DORNELES, F. M. *et al.* “**Hoje é dia de feira!**”: análise das estratégias de comercialização em uma feira livre brasileira. *Desafio Online*, v. 7, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337682823_Hoje_e_dia_de_feira_analise_das_estrategias_de_comercializacao_em_uma_feira_livre_brasileira_Fair_day_analysis_of_marketing_strategies_in_a_brazilian_fair. Acesso em: 30 set. 2024.

EVANGELISTA, I. P. R. **Estudo de previsão de demanda para um empreendimento que segue princípios da economia solidária**. 2023. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27941>. Acesso em: 30 set. 2024.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da autogestão: Autogestão, trabalho e emancipação social**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos da solidariedade: construção teórica e prática da economia solidária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos do trabalho: organização, autogestão e emancipação**. São Paulo: Editora da UFRGS, 2007.

GOUVEIA, MR dos S.; CARDOSO, F. da S. A atuação das associações que compõem o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável em Arcoverde-PE: leituras a partir dos princípios da economia solidária. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 2, pág. 10806–10829, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43961>. Acesso em: 30 set. 2024.

IBDAIWI, T. K. R. *et al.* Entre o campo e a cidade: as feiras livres. **A economia do desenvolvimento: do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável**. v. 1, n. 1, p. 100-116, 2023.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Título do documento ou página. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/serra-branca.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: um balanço do debate**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

LEAL, C. S.; RODRIGUES, M. de S. **Economia solidária: conceitos e princípios norteadores**. *Revista humanidades e inovação*, v.5, n.11, p. 209-219, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844>. Acesso em: 28 de fev. 2025.

LEITE, D. C. B. **Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF**. 2015. 165 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18658>. Acesso em: 28 de fev. 2025.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MUNCK, L.; MUNCK, M. G. M.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustentabilidade organizacional: a proposição de uma framework representativo do agir competente para seu acontecimento. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 147-158, dez. 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202011000300005. Acesso em: 28 de fev. 2025.

NEVES, M. A. **A cultura rural nas feiras livres: um estudo de caso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, D. C. **Economia Solidária: um estudo de caso na feira livre de Logradouro-PB**. Universidade Federal de Campina Grande - UFPB. Bacharelado em Administração Pública. João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27235>. Acesso em: 05 set. 2024.

OLIVEIRA, M. S.; LIMA, J. R. O. **Feiras livres: uma manifestação natural e espontânea de economia popular e solidária**. Vitória da Conquista, Bahia, 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/684468236/GT1-3-Feiras-livres-uma-manifestacao-natural-e-espontanea-de-economia-popular-e-solidaria>. Acesso em: 05 set. 2024.

OLIVEIRA, U. S. B. **Sustentabilidade e economia solidária: uma análise dos empreendimentos no município de Valente-Bahia**. Dissertação (mestrado) - universidade Estadual de feira de Santana, programa de pós-graduação em planejamento territorial, Feira de Santana, 2017.

PEREIRA, V. G. *et al.* Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes. **Revista NUPEM**, v. 15, n. 35, p. 205-225, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/6830>. Acesso em: 23 nov 2024.

POMPEU, G. V. M.; HOLANDA, M. M.; SANTOS, I. P. dos. Economia solidária sob a ótica das capacidades humanas de Martha Nussbaum. **Sequência (Florianópolis)**, v. 42, n. 88, p. 1-32, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8188866>. Acesso em: 23 nov 2024.

PORTO, P. A. C.; OPUSZKA, P. R. Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/viewFile/1429/970>. Acesso: 23 nov 2024.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Mercado de Trabalho**, n. 39, maio 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4069>. Acesso em: 23 nov 2024.

RIBEIRO, E. M. (coord). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

SANTOS, A. D. dos. **Compreendendo as feiras livres nas pequenas cidades: o caso de Cruzeta-RN**. 2023. 91f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Ceres) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). (2003). **Criação e institucionalização da SENAES no Brasil**. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://www.gov.br/mte/senaes>. Acesso em: 22 agost.2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, R. de O. A concretização dos princípios da economia popular e solidária através da mediação de conflitos. **Anais dos Seminários de Iniciação Científica, Feira de Santana**, n. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/6678>. Acesso em: 28 fev. 2025.

TRICHES, R. M.; DAL AGNOL, L. J.; ROSSI, C. E. **Percepções de feirantes e gestores públicos em relação às feiras livres da microrregião Capanema-PR**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 14, p. 477-493, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3752>. Acesso em: 28 fev. 2025.

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista

Perguntas sobre a caracterização socioeconômica

1. Onde reside?

ZONA URBANA

ZONA RURAL

2. QUAL SUA CIDADE?

3. GÊNERO

Masculino

Feminino

4. IDADE

5. GRAU DE ESCOLARIDADE

Ensino fundamental completo

Ensino fundamental incompleto

Ensino médio completo

Ensino médio incompleto

Curso técnico

Ensino superior completo

Ensino superior cursando

Especialização

- Mestrado
- pós-doutorado
- Doutorado
- Ensino superior incompleto

6. REFERENTE A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NA BANCA:

- Existe ajuda familiar na banca
- Não existe ajuda familiar na banca
- Pago a terceiros para ajudar na banca

7. Você acredita que as decisões sobre administração da feira são tomadas com a participação de todos?

8. Você acredita que existe cooperação entre feirantes aqui?

9. Você percebe que há solidariedade entre os feirantes aqui na feira? Por exemplo, na ajuda insumos, no apoio financeiro em momentos de dificuldade ou na colaboração para atrair mais clientes. Pode dar exemplos de como essa solidariedade se manifesta no dia a dia?

10. A feira garante uma renda estável para você e para os outros feirantes?

11. Quais são as principais dificuldades econômicas que você enfrenta na feira? Por exemplo, falta de clientes, dificuldade para conseguir mercadorias ou altos custos de transporte?"

12. Você acha que a feira ajuda a melhorar a vida dos feirantes e produtores? Como, por exemplo, criando um ambiente de colaboração, ajudando a ganhar mais dinheiro ou fortalecendo a comunidade?

13. De que forma a feira ajuda você e os outros feirantes a ganhar a vida e viver melhor? Por exemplo, você consegue vender bem? As pessoas da feira se ajudam e se conhecem melhor?

14. Você já ouviu falar de alguma ajuda do governo para os feirantes? Como, por exemplo, algum tipo de dinheiro, crédito ou apoio para melhorar as vendas?

15. Você acha que o governo faz alguma coisa que ajuda a feira a ficar melhor? O que mais o governo poderia fazer, como dar crédito, oferecer cursos ou melhorar a feira?

16. Você já recebeu alguma ajuda do governo, como empréstimo ou curso, para te ajudar na feira?

17. O que você acha que o governo poderia fazer para melhorar a vida dos feirantes? Como, por exemplo, dar mais dinheiro, melhorar a feira ou trazer mais clientes para a feira?

APÊNDICE 2 - FOTOS DA FEIRA DE SERRA BRANCA - PARAÍBA

Figura 1 - Feira de Serra Branca – PB (2025)



Fonte: Captura realizada pela pesquisadora.

Figura 2 - Feira de Serra Branca – PB (2025)



Fonte: Captura realizada pela pesquisadora.